



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES**



**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 010/2023 – FUNSAU**

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE  
SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O **FUNDO DE SAÚDE DOS  
SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DO PARÁ  
- FUNSAU E A EMPRESA IMAGO RADIOLOGIA  
ODONTOLÓGICA LTDA - IMAGO RADIOLOGIA  
ODONTOLÓGICA**, COMO ABAIXO SE DECLARAM.

O ESTADO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, através do **FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES – FUNSAU**, com sede à Av. Almirante Barroso, nº 527, entre Trav. Curuzú e Antônio Baena, bairro Marco, Belém/PA CEP: 66.093-802, inscrito no CNPJ sob o nº 05.321.731/0001-52, neste ato representado pelo Diretor, nomeado através da Portaria nº 882/2023 SCCMO/DGP, publicada no Boletim Geral da PMPA, nº 115/2023, de 19/06/2023, Sr. CEL QOPM RG 27321 ALESSANDRO CEZAR **CAPISTRANO NEVES**, Diretor do FUNSAU, portador do CPF nº. 458.270.792-00, endereço funcional à Av. Alm. Barroso, 527, bairro Marco, Belém/PA, CEP: 66093-802, cidade Belém/PA, e-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com, telefone: (91) 984020332, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a **CREDENCIADA**: a empresa **IMAGO RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA - IMAGO RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA**, CNPJ: 18.151.731/0001-01, BANCO: BANPARÁ - AGÊNCIA: 15 - CONTA CORRENTE: 9004947, com sede na Rua ANTONIO BARRETO nº 130, bairro Umarizal, BELÉM/PA, CEP: 66.055-050, telefone: (91) 3355-3530/ (91) 3121-0695/ (91) 98412-3184 (CHAT), email: [brunamaia@imago.odo.br](mailto:brunamaia@imago.odo.br), neste ato representada pela **Sra. BRUNA RENATA SILVA MAIA DE OLIVEIRA**, portadora da cédula de identidade nº 4721172 PC/PA, CPF 822.316.642-91, doravante denominada **CREDENCIADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato de prestação de serviços na área de saúde, com fornecimento de materiais e disponibilização de instalações físicas, que se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações; por este instrumento ena melhor forma de direito, mediante às cláusulas e Condições abaixo discriminadas e disposições legais, que voluntariamente aceitam e outorgam.

Endereço: Av. Almirante Barroso, nº 527, entre Trav. Curuzú e Antônio Baena, bairro Marco, Belém/PA CEP: 66.093-802

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: ALESSANDRO CEZAR CAPISTRANO NEVES (lei 11.419/2006)  
EM 16/10/2023 10:27 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 12C26CFD7272261.E81DEB2AC0A6196.7A310F2852E0F6G9.CFF1510D4152686F





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES



**CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO E ENCAMINHAMENTO**

- 1 – O encaminhamento de pacientes para a CREDENCIADA será previamente autorizado pelo CONTRATANTE;
- 2 – A autorização será expressa por meio de Guia de Encaminhamento, emitida pela CONTRATADA, podendo ser apresentada na forma provisória, ou seja, preenchida manualmente, por motivos de indisponibilidade dos sistemas de informação do CONTRATANTE;
- 3 – O prazo de prescrição da Guia de Encaminhamento **é de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de expedição, para o recebimento pela CREDENCIADA, podendo este prazo ser prorrogado por mais de trinta dias, para isto deverá o beneficiário do FUNSAU, retornar ao FUNSAU ou Unidade Militar para renovação da Guia;
- 4 - Os materiais e procedimentos cirúrgicos eletivos de alto custo serão autorizados pelo Médico Auditor com carimbo e assinatura, diretamente em orçamento feito e apresentado pela CREDENCIADA. O orçamento deve apresentar de forma discriminada os itens que serão utilizados no tratamento;
- 5 – Para todo e qualquer material de alto custo ou procedimento cirúrgico eletivo indicado, diferente do autorizado na Guia de Encaminhamento inicial, deverá ser solicitada autorização ao Médico Auditor com **antecedência de 72 horas, exceto nos feriados prolongados que deverão obedecer ao primeiro dia útil, após o feriado**;
- 6 – A execução de tratamentos paralelos e exames complementares nas instalações do próprio CREDENCIADO deverão ser autorizados pelo CONTRATANTE por meio de nova Guia de Encaminhamento. Para tanto, o BENEFICIÁRIO ou responsável deve retornar ao Médico Atendente do CMS, quando for o caso.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 1 - Conforme o Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

- 1 – Conforme o Termo de Referência.







GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES**



**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PREÇOS**

1 - Os serviços objeto deste Edital de convocação, descritos no Instrumento convocatório, incluindo os materiais, medicamentos, as órteses, próteses e materiais especiais e cirúrgicos (OPMEC), bem como as dietas especiais e outros produtos nutricionais industrializados, valores das diárias, taxas, serviços hospitalares, odontológico e outros julgados necessários serão apreciados e remunerados de acordo com as tabelas, índices, e valores estabelecidos na planilha Referencial de Preços do FUNSAU no “Anexo II, do Edital de Credenciamento nº 001/2022 CPL/PMPA.

2 – A qualquer momento, desde que acordado pelas partes, poderão ser estabelecidos novos pacotes de prestação dos serviços, conquanto os valores individuais dos itens inclusos em cada pacote correspondam aos valores estabelecidos nas tabelas, índices e valores constantes no Referencial de Custos Hospitalares, conforme **Referencial de Preços adotada pelo FUNSAU.**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

1 – Conforme o Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1 – Conforme o Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FATURAMENTO**

1 – Conforme o Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LISURA E GLOSAS**

1 – As faturas apresentadas pela CREDENCIADA referente aos serviços prestados aos beneficiários do CONTRATANTE serão submetidas à análise das seções de auditoria de Contas Médicas, Controle Interno e Financeiro;

2 – É reservado ao CONTRATANTE, mediante análise técnica e administrativa, o direito de glosa total ou parcial nos procedimentos apresentados, em desacordo com as disposições contidas neste Contrato, de acordo com a legislação complementar aplicável atos normativos pertinentes;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES**



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: ALESSANDRO CEZAR CAPISTRANO NEVES (Lei 11.419/2006)  
EM 16/10/2023 10:27 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 12C26CFD727261.E81DDBE2AC0A6196.7A310F2852E06F69.CFF1510D4152686F

3 – O CONTRATANTE terá um **prazo de 30 (tinta) dias corridos** para realizar a auditoria de contas, contados a partir da data de entrega da fatura emitindo um relatório de lisura/glosa; – Para as faturas que tiveram seus valores parcial ou totalmente glosados, será aberto Processo de Glosa, registrando as razões das glosas efetuadas, discriminando o item e valor das mesmas;

4 – A CREDENCIADA será notificada por meio de correio eletrônico, ou outros meios disponíveis, da existência do “**Relatório de Glosa**”, devendo a CREDENCIADA retirar o processo e a fatura, em um **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis** após a notificação. A não observância do prazo de retirada pelo CREDENCIADO resultará no pagamento pelo valor corrigido pelo CONTRATANTE, não cabendo ao CREDENCIADO recurso posterior;

5 – A CREDENCIADA, em caso de **concordância** com os valores glosados, deverá registrar por escrito no Processo de Glosa, a aceitação dos valores glosados pelo CONTRATANTE, neste caso a CREDENCIADA deverá emitir um expediente no qual exara a concordância com a glosa;

6 – A CREDENCIADA, em caso de discordância dos valores glosados pelo CONTRATANTE, terá **prazo de 30 (trinta) dias**, contados da data de retirada do “**Relatório de Glosa**”, para recorrer da glosa, também por escrito, em folha a ser incluída no processo, com a devida justificativa de revisão do valor ou itens glosados pelo CONTRATANTE;

7 – No caso da CREDENCIADA retirar o “**Relatório de Glosa**”, e não apresentar recurso de glosa no prazo estipulado acima serão pagos os valores corrigidos pelo CONTRATANTE, não cabendo ao CREDENCIADO recurso posterior;

8 – O “Recurso de Glosa” deverá ser entregue por escrito com a fatura e o Processo de Glosa, diretamente à Gerência Técnica;

9 – O CREDENCIADO poderá interpor representação – “Recurso de Glosa”, nos termos do inciso II do artigo 109 da Lei 8.666/93, contra a decisão da Seção de Auditoria, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do dia da comunicação pelo CONTRATANTE;

10 – O “Recurso de Glosa” apresentado pela CREDENCIADA será julgado e motivado no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do recurso pelo CONTRATANTE, e será concluído com a emissão de parecer;

11 – Finalizado o processo de glosa, será registrado a aceitação por ambas as partes





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES**



no Processo de Glosa;

12 – Para efeitos desta contratação, os prazos iniciam no próximo dia útil subsequente da abertura do prazo. Consideram-se dias úteis àqueles dias em que houver expediente normal no FUNSAU;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

1 – A CREDENCIADA declarará até o 15º (décimo quinto), dia útil do mês de dezembro de cada ano, quais as faturas e valores **em** aberto (ou seja, não pagas) sem emissão de nota de empenho considerando o mês de novembro como limite inclusive.

2 - Quando houver divergências dos valores apresentados na declaração o CREDENCIANTE comunicará por escrito à CREDENCIADA o dia oportuno para prestação de contas

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES TRIBUTÁRIAS**

1 – Caberá à CREDENCIADA o recolhimento dos tributos e taxas federais, estaduais e municipais, decorrentes das faturas apresentadas;

2 – Quanto ao imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar Nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável;

3 – A CREDENCIADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 2006 e suas alterações incluídas pela Lei Complementar Nº 147, de 2014, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará adicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

4 – A Administração deduzirá do montante a ser pago, os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte da CREDENCIADA;

5 – O desconto de qualquer valor no pagamento devido à CREDENCIADA será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes;







GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES**



credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUNSAU, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.8 – Estando em processo de apuração de irregularidade na prestação de seus serviços, a CREDENCIADA não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração;

3 - Por rescisão judicial promovida por parte da CREDENCIADA, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

3.1 – A supressão, por parte da Administração de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

3.2 – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CREDENCIADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

2.3 – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, perturbação da ordem interna ou guerra, será assegurado ao CREDENCIADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações até que seja normalizada a situação de pagamentos atrasados, desde que o FUNSAU não tenha contribuído, mesmo que parcialmente para o atraso;

3.4 – **A Rescisão Administrativa ou Amigável** deverá ser precedida de autorização escrita fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal;

3.5 – A Direção do FUNSAU poderá, no curso do processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços;

3.6 – Pagamento dos custos de mobilização;

3.7 – A Rescisão Unilateral por Ato da Administração acarreta as seguintes consequências, semprejuízo das sanções previstas neste Contrato:

3.8 - Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: ALESSANDRO CEZAR CAPISTRANO NEVES (Lei 11.419/2006)  
EM 16/10/2023 10:27 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 12C26CFD727261.E81DBE2AC0A6196.7A310F2852806F69.CFF1510D4152686F



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES**



das multas e indenizações a ela devidos;

3.9 - Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;

3.10 - É permitido à Administração, no caso de recuperação judicial do CREDENCIADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais;

3.11 – Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CONTRATANTE;

3.12 - A rescisão não eximirá o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas;

3.13 - Excepcionalmente, em caso de credenciamento, por qualquer motivo, as relações contratuais permanecerão vigentes exclusivamente em relação aos pacientes durante o período necessário à sua transferência, sem riscos, para outra CREDENCIADA;

3.14 - As despesas com os pacientes durante o período entre o término do credenciamento e a respectiva alta hospitalar ou a sua transferência para outra CREDENCIADA, serão pagas por meio de Nota de Empenho, específica para esta finalidade;

3.15 - Caso seja comprovado que a CREDENCIADA possua cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor integrante da comissão de licitação responsável pelo Edital ou Contrato, da Seção de Auditoria de Contas Médicas, Setor de Controle Interno, Setor Financeiro e dos exercentes das funções de Ordenador de Despesas, gestor do FUNSAU ou CMS;

3.16 - Caso seja comprovado que a CREDENCIADA tenha em seu quadro de pessoal, sob qualquer modalidade de vínculo funcional (funcionário, sócio, proprietário, diretor, etc.), militares da ativa ou servidores civis em exercício da Polícia Militar do Estado do Pará ou militares da reserva remunerada (aposentados), na condição de reconvocado, lotados em qualquer Organização Militar (OM), conforme o estabelecido no artigo 9, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: ALESSANDRO CEZAR CAPISTRANO NEVES (Lei 11.419/2006)  
EM 16/10/2023 10:27 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 12C26CFD727261.E81DBE2AC0A6196.7A310F2852806F9.CFF1510D4152686F





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES



**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO DESCREDENCIAMENTO**

1 - O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste instrumento, ensejarão, após comprovação pelo FUNSAU; e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretando aos contribuintes ou dependentes do Fundo, concedido o contraditório e a ampla defesa, a sua imediata exclusão e credenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativas das demais funções administrativas e civis previstas neste ajuste e na legislação correspondente.

2 – A CREDENCIADA será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

1 – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduza responsabilidade da CREDENCIADA;

2 – Ao CONTRATANTE, fica assegurado o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, conferir todos os documentos emitidos, que deverão estar de acordo com as cláusulas contratuais, verificando a procedência dos serviços realizados e declarados em faturamento, bem como a realização dos serviços técnicos;

3 – A fiscalização e o acompanhamento de que trata o item anterior será feita por um representante do CONTRATANTE especialmente designado para a tarefa (Fiscal de Contratos), cuja finalidade é disciplinar a supervisão, a fiscalização e a gestão dos contratos, convênios e outros ajustes de natureza financeira firmados com terceiros pelo FUNSAU, obedecendo as orientações e os procedimentos estabelecidos na legislação vigente;

4 – Os prontuários médicos deverão estar à disposição do médico auditor do CONTRATANTE e quando houver necessidade, devidamente autorizado, poderão ser retiradas cópias dos mesmos;

5 – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES**



forma a assegurar o perfeito cumprimento de ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado, na forma dos artigos 67 e 73, da Lei nº 8.666/93;

6 – A verificação de adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Edital de Credenciamento;

7 – A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

8 - Os resultados alcançados em relação ao contrato, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

9 – Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

10 – A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

11 – A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

12 – O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

13 – A satisfação do público usuário;

14 – A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CREDENCIADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Edital e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

15 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos § 1º e § 2º, do artigo 67, da Lei nº 8.666/93;

16 – O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CREDENCIADA, sobretudo quanto às obrigações e cargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme o disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/93;





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES**



17 – O descredenciamento poderá ocorrer por acordo entre as partes ou por determinação unilateral da Administração, nos casos em que não houver interesse para a Administração na continuidade dos serviços;

18 – Ocorrendo o descredenciamento, as partes procederão a um acerto de contas, relativos aos direitos e obrigações, dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da data do descredenciamento;

19 – Quando forem detectadas irregularidades, o CONTRATANTE solicitará a CREDENCIADA que envie suas justificativas, por escrito e no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da solicitação;

20 – Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CREDENCIADA poderá ensejar a revisão das condições ora estipuladas, ou rescisão do contrato;

21 – Caberá à CREDENCIADA a obediência às normas de qualidade de atendimento impostas pelo Ministério da Saúde e Vigilância Sanitária, reservando-se o CONTRATANTE o direito de recusar ou sustar a prestação de serviços que não estão previstos nas normas estabelecidas;

22 – É vedado ao Fiscal de Contrato:

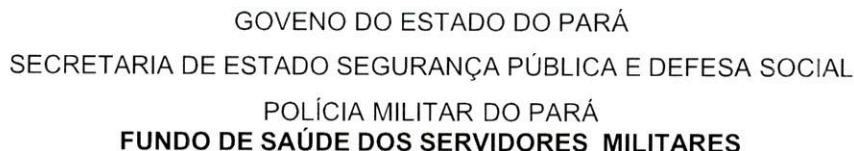
22.1 – Exercer poder de mando sobre os empregados da empresa CREDENCIADA para a prestação de serviços, reportando-se somente aos prepostos ou responsáveis pela empresa indicados;

22.2 – Permitir que pessoa sem vínculo empregatício com a CREDENCIADA seja alocada aos serviços contratados;

22.3 – Dispensar do serviço empregado da CREDENCIADA antes do término da jornada de trabalho pactuada;

22.4 – Requisitar empregados da CREDENCIADA para prestação de serviço extraordinário sem a devida comunicação à CREDENCIADA, indicando o horário e o local da prestação de serviço extraordinário;

22.5 – Preposto – a CREDENCIADA deve designar um PREPOSTO para representá-la na execução do contrato, objetivando inexistir a pessoalidade e a subordinação direta, de acordo com o artigo 68, da Lei nº 8.666/93. O preposto deve ser informado por escrito ao CONTRATANTE e este designará a publicação em Boletim Geral da PMPA;







GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES**



- 5 – **Retorno de consulta ambulatorial:** em caso de retorno de consulta ambulatorial, não será cobrado nova consulta, desde que o beneficiário procure o prestador de serviços para agendar consulta de retorno em até 30 (trinta) dias após a consulta inicial;
- 6 – Quando houver necessidade de exames complementares que não podem ser executados ou apreciados nesse período de tempo, este ato médico terá continuidade e finalização quando o paciente retornar com os exames solicitados, não devendo, portanto, neste caso, ser considerado como uma nova consulta;
- 7 – Se, porventura, este retorno ocorrer quando existirem alterações de sinais ou sintomas que venham a requerer a necessidade de nova anamnese, exame físico completo, prognóstico, conclusão diagnóstica e/ou prescrição terapêutica, o procedimento deve ser considerado como uma nova consulta e dessa forma ser remunerada;
- 8 – A CREDENCIADA deverá remeter, semanalmente, via correio eletrônico através do e-mail [gerenciatecnicafunsau@gmail.com](mailto:gerenciatecnicafunsau@gmail.com), à Gerência Técnica do FUNSAU, a lista de pacientes;
- 9 – Durante a vigência do presente contrato, de acordo com as necessidades do FUNSAU, a Relação de Serviços e Especialidades Médicas aqui descritas, poderão sofrer alterações, mediante apostilamento e com a mesma publicidade dada ao presente contrato;
- 10 – Os interessados deverão estudar minuciosamente e cuidadosamente o contrato e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos envolvidos na execução do objeto deste contrato;
- 11 – A participação no credenciamento implica plena aceitação, por parte do interessado, das condições estabelecidas neste Contrato e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas;
- 12 – É facultada à Comissão de Credenciamento ou Autoridade Superior, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;
- 13 – A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CREDENCIADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: ALESSANDRO CEZAR CAPISTRANO NEVES (Lei 11.419/2006)  
EM 16/10/2023 10:27 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 12C26CFD727261.E81DBE2AC0A6196.7A310F2852E06F69.CFF1510D4152686F



GOV. DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO E FORO

- 1 – O presente Contrato será publicado em extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, após a sua assinatura e segundo o prazo determinado em lei, estabelecendo para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou questões outras decorrentes deste Contrato, o competente Foro de Belém/PA, com a renúncia de qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição, que tenham ou venham a ter.
- 2 – E por estarem justos e Contratados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que sejam produzidos os efeitos legais e jurídicos pretendidos.

Belém, 11 de outubro de 2023.

  
Alessandro Cezar Capistrano Neves  
TEN CEL PM - RG 27.321

**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES  
MILITARES- FUNSAU  
CONTRATANTE**

IMAGO  
RADIOLOGIA  
ODONTOLOGICA  
LTDA:181517310  
00101  
Assinado de forma  
digital por IMAGO  
RADIOLOGIA  
ODONTOLOGICA  
LTDA:18151731000101  
Dados: 2023.10.06  
09:57:33 -03'00'

**IMAGO RADIOLOGIA ODONTOLOGICA  
LTDA - IMAGO RADIOLOGIA  
ODONTOLOGICA  
CREDENCIADA**

TESTEMUNHAS

1ª Erik Maximus S.L. dos Reis  
CPF Nº 035.835.092-18

2ª Giom Carlo Elgido Calvo Falcão  
CPF Nº 026.483.402-03



## FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR

## CONTRATO

## CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 010/2023 - FUNSAU

Objeto: Prestação de Serviços na área de saúde.

Vigência: 11/10/2023 a 10/10/2024

Fontes: 01500000001 (Recurso do Tesouro Estadual) 01759000050 (Recurso Próprio) 02759000050 (Recurso Próprio - Superávit) / Programa de Trabalho: 06.303.1502.8277.0000 / Natureza de Despesa: 339039 / PI: 1050008277C

Valor total: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)

Contratante: Fundo de Saúde dos Servidores Militares - FUNSAU

Contratada: IMAGO RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA

Ordenador: ALESSANDRO CEZAR CAPISTRANO NEVES CEL QOPM RG 27321 - Diretor do FUNSAU

Protocolo: 996472

## CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

## DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

## EXTRATO DA PORTARIA Nº 155/IN/CONTRATO, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023

Processo nº 2023/746014

Contrato nº 115/2023

Presidente: 2º TEN QOBM RAIMUNDO FELIPE TAVARES MACIEL, MF: 5932626-1

Membro: 3º SGT BM MARCOS CONTENTE SILVA, MF: 57189358

Membro: CB QBM CARLÍRIO THIAGO MOREIRA REDIG, MF: 5932562/1

Suplente: CB QBM DANILO FERREIRA DE ALMEIDA, MF: 5932541/1

Objeto: contratação de empresa especializada de Engenharia, visando à execução dos serviços projetados e especificados, incluindo todas as despesas com fornecimento de materiais, fretes e mão de obra necessários, ferramental, equipamentos, assistência técnica, garantias, administração, cessão técnica, licenças inerentes às especialidades, testes e comissionamentos, inclusive encargos sociais, tributos e seguros, enfim, todo o necessário para a Obra do Grupamento militar de Novo Progresso, conforme Projetos, especificações, Memoriais Descritivos e Caderno de Encargos que acompanham este contrato. O local em que será executado, Trav, Belém 768 - Jardim Europa, Novo Progresso - PA, CEP: 68193-00.

Valor: R\$ 2.774.173,75 (dois milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e setenta e três reais e setenta e cinco centavos)

Vigência: Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do Contrato e de seus termos aditivos, quando houver.

Contratada: CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTD EPP

CNPJ: 18.409.353/0001-05

Ordenador: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM

Protocolo: 996413

## CONTRATO

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2023

Origem: RDC ELETRÔNICO Nº 02/2023 - CBMPA e Processo Eletrônico 2023/746014.

Objeto: contratação de empresa especializada de Engenharia, visando à execução dos serviços projetados e especificados, incluindo todas as despesas com fornecimento de materiais, fretes e mão de obra necessários, ferramental, equipamentos, assistência técnica, garantias, administração, cessão técnica, licenças inerentes às especialidades, testes e comissionamentos, inclusive encargos sociais, tributos e seguros, enfim, todo o necessário para a Obra do Grupamento militar de Novo Progresso, conforme Projetos, especificações, Memoriais Descritivos e Caderno de Encargos que acompanham este contrato. O local em que será executado, Trav, Belém 768 - Jardim Europa, Novo Progresso - PA, CEP: 68193-00.

Unidade Gestora: 310101

Unidade Orçamentária: 31101

Programa de Trabalho: 06.182.1502.7563

Fonte de Recurso: 01500000001

Detalhamento da Fonte de Recurso: 000000

Natureza da Despesa: 449051

Subelemento de Despesa: 91

Plano Interno: 1050007563E

Identificador de autenticação: 14884915670458193247199930993434  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2023/1172694 Anexo/Sequencial: 1

Valor Global: R\$ 2.774.173,75 (dois milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e setenta e três reais e setenta e cinco centavos)

Data da assinatura: 11/10/2023

Vigência: 11/10/2023 até 11/10/2024.

Contratada: CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTD EPP

CNPJ: 18.409.353/0001-05

Ordenador: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM

Protocolo: 996410

## SUPRIMENTO DE FUNDO

## EXTRATO DE PORTARIA Nº 72/SF/DF DE 16 DE AGOSTO DE 2023

Conceder suprimento de fundos ao SGT BM ANGÉLICA RIBEIRO SILVA, CPF: 947.895.252-87, MF: 57218528/ 1, no valor de R\$ 1.680,00 (MIL E SEISCENTOS E OITENTA REAIS), para serviço de pessoa jurídica que correrá a conta do estado com a seguinte classificação: Funcional Programática: 06.122.1297.8338. Elemento de despesa: 339039. Fonte do Recurso: 01500000001. Prazo: 60 dias para aplicação, a contar da data da Ordem Bancária e 15 dias para prestação de contas, após o prazo de aplicação. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Protocolo: 996735

## EXTRATO DE PORTARIA Nº 72/SF/DF DE 16 DE AGOSTO DE 2023

Conceder suprimento de fundos ao SGT BM ANGÉLICA RIBEIRO SILVA, CPF: 947.895.252-87, MF: 57218528/ 1, no valor de R\$ 1.680,00 (MIL E SEISCENTOS E OITENTA REAIS), para serviço de pessoa jurídica que correrá a conta do estado com a seguinte classificação: Funcional Programática: 06.122.1297.8338. Elemento de despesa: 339039. Fonte do Recurso: 01500000001. Prazo: 60 dias para aplicação, a contar da data da Ordem Bancária e 15 dias para prestação de contas, após o prazo de aplicação. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Protocolo: 996736

## POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

## PORTARIA

## PORTARIA Nº 2897/2023-GAB/DG/LICENCIAR Belém, 06 de Outubro de 2023

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022 de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO os termos do PAE Nº 2023/1151647, em que consta a à Ação Ordinária, processo nº 0890128-36.2023.8.14.0301, ajuizada por TIAGO PRAXEDES DE OLIVEIRA (CPF nº 029.067.615-08), em face do Estado do Pará.

R E S O L V E: I - CONCEDER, Licença Remunerada para o servidor estagiário DPC TIAGO PRAXEDES DE OLIVEIRA, Matrícula nº 5966683, da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ / DELEGACIA DE IRITUIA, para participar Curso de Formação Profissional relativo ao Concurso Público para Provimento de Vagas nos Cargos de Delegado(a) de Polícia Civil Substituto, Agente de Polícia Civil Substituto e Escrivã(o) de Polícia Civil Substituto (Edital nº 01-PCRn de 25/11/2020), contar de 31/10/2023 até 31/01/2024;

II - Determinar às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato; DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WALTER RESENDE DE ALMEIDA

Delegado-Geral da Polícia Civil

Protocolo: 996580

## CONTRATO

## EXTRATO DO CONTRATO

## Contrato: 257/2023-PC/PA.

## Inexigibilidade de Licitação nº 222/2023

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará, CNPJ nº 00.368.105/0001-06 e o Sr. TEMMER DA CUNHA KHAYAT, CPF nº 751.671.372-04. Objeto: Contratação da Prestação de Serviço Técnico Profissional Especializado, para atender ao "CURSO DE FORMAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS - (Candidatos Excedente 2ª Edição), Categoria: Investigador de Polícia Civil, Concurso Público C-207/2020-SEPLAD/PCPA, aprovado pela Resolução nº 463/2023 - CONSUP, de 05/05/2023", como DOCENTE da disciplina Atividade de Inteligência Policial, com carga horária total de 20(vinte) horas-aula. Data